
CIÊNCIAS COGNITIVAS E NARRATIVA

Sebastien Joachim*

RESUMO

Num primeiro apanhado, o texto literário, a narrativa e a personagem em particular serão encarados de acordo com a Semântica Cognitiva, isto é, uma seqüência de instruções dirigidas ao leitor e às quais este reage conforme o seu saber lingüístico e sua enciclopédia própria. Numa segunda parte, no âmbito do autor que escreve a sua autobiografia e no das ciências cognitivas *stricto sensu*, o assunto será redefinido e ampliado.

I. No âmbito não informativo

A poética aristotélica alimentou talvez sem querer séculos de desentendimento teórico acerca do poder do texto-em-si de gerar conhecimento.¹ Ainda em 1990, um estudioso belga² tentou ultrapassar a dialética em questão erguendo, sem fundamento, Mikhail Bakhtin *versus* Roman Jakobson, o modelo dialógico *versus* o 'clássico' modelo da comunicação.³ Absolutização da oralidade, infalibilidade da codificação do locutor, indiscutível participação em um universo cognitivo, paradoxo de uma presença na distância, são, entre outros, os novos dogmas decorrentes de uma leitura de Bakhtin.

Numa perspectiva que concilia Jakobson e Bakhtin, deveríamos recusar o fetichismo do código, o unilateralismo da mensagem, a infalibilidade da mensagem. A faculdade cognitiva alegremente atribuída à linguagem em geral, à literatura em particular, exige matizes e ressalvas,

* Doutor em Letras. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.

mesmo na famigerada teoria da enunciação. A textualização nem sempre é perfeita, nem sempre almeja uma recepção frontal, unívoca, “monofônica”; amiúde a recepção peca por incompetência.

Vamos interrogar, nessa dialética da eficiência e da ineficiência do código, alguns próximos contemporâneos. Alternaremos literários como Vincent Jouve,⁴ Jean-Louis Dufays⁵ e lingüistas como Michèle Prandi,⁶ Eni Orlandi⁷ e Catherine Fuchs,⁸ Jean-Michel Adam,⁹ Claudine Jacquenod.¹⁰ Juntamos aos literários certos colaboradores da revista *Poétique*.¹¹

Em geral, os lingüistas, especialmente aqueles que participaram do livro editado em 1991 por Herman Parret (ver Prandi, M.) se afastaram de todo purismo em matéria de cognitivismo. Por exemplo, Catherine Fuchs⁸ alia a vontade de tipologizar a uma concepção da plurivocidade e da ambigüidade. Sabemos que ela trabalha na Universidade de Caen com um especialista da geração de textos por computador, Bernard Victorri. Talvez seja por isso que ela se empenha em equacionar *coerção* em termos declarativos e *liberdade* em termos interpretativos.

Ela propõe a partir da homonímia e da polissemia uma tipologia de valores lingüísticos no nível do contexto em que se enuncia um sujeito. Por sua parte, Eni Pulcinelli Orlandi diverge de colegas como Adam e Prandi. Prandi, com efeito, ao estudar como impingir no leitor o conceito ou a sensação do silêncio, recorre a toda uma parafernália textual e intratextual. Essa estudiosa se revela, assim, a cognitivista mais purista do grupo de H. Parret. Ao contrário, Eni Orlandi defende a tese de que o silêncio se diz além e aquém de sinais pontualmente manifestados. A confiança exagerada numa semiótica esquecedora dos signos latentes caracteriza também (desde 1978) os trabalhos desse herdeiro do formalismo e do estruturalismo que é Jean-Michel Adam.¹² O livro anteriormente citado o mostra em busca de marcas espaço-temporais, seqüencialidade idealmente coerente e coesiva, organização linear, operações de hierarquizações que tornam o leitor domado, submisso, incrivelmente receptivo.

Muito mais cautelosa é a posição de Claudine Jacquenod. Essa estudiosa, que efetuou uma séria revisão da literatura acerca da ficção, dissolve as tipologias nas exceções, embaralha as intenções mais explícitas do produtor ao salientar a incompreensão, a falta de sintonia, as descontinuidades sempre possíveis entre autor e leitor de ficção. Sem

querer, ela trabalhou nos calcanhares-de-aquiles do “pacto de ficção” de Siegfried J. Schmidt, frisando a polifonia de Bakhtin, a *suspension of belief*, o “teledialogismo” de Schuerewegen, a indisponibilidade dos indicadores (cf. Eni Orlandi, op. cit.), e também a desigualdade entre as forças de coerção apressadamente articuladas a um texto e seus elementos.¹³

Do lado dos estudiosos da literatura, o que se observa geralmente é a mitização do poder da criação (i.e. do produtor) e do poder de construção (i.e. do leitor). É justamente aquilo que chamamos de purismo cognitivista. Trata-se de um idealismo da comunicação ao qual trouxeram uma certa surdina contributos da revista *Poétique* como os do belga Schuerewegen¹⁴ e de Michel Mathieu-Colas.¹⁵

Para ambos, a comunicação está longe de ser transparente, não há demiurgia no emprego dos códigos, nem contato habitual entre os agentes da comunicação, nem conhecimento de mundo adequado para todos. Uma posição bastante pertinente também é a de Jean Louis Dufays (op. cit.), cujo objetivo maior se assemelha a uma desconstrução das máximas de H. P. Grice. Todavia, boa parte desse estudo não se demarca bastante de uma apologia da intencionalidade autoral que sempre recupera um leitor experto.¹⁶ Para um cognitivismo adequado ao texto literário, é preciso evidentemente ter em mente:

- a. “a pluralidade semântica da linguagem”;¹⁷
- b. a idéia de que “não há mensagem já pronta; a mensagem se processa no ato comunicativo entre A e B”,¹⁸ ordinariamente distanciados no tempo ou/e no espaço.

Em razão disso, tudo o que vamos logo apresentar em companhia de Vincent Jouve (que se apóia em R. Barthes, O. Ducrot, H. Eco, Christian Metz, Philippe Hamon) será deixado ao critério relativista ou absolutista de nossos leitores/auditores em matéria de cognição narrativa.

Vincent Jouve formula uma série de propostas e de proposições no que concerne à dimensão cognitiva do texto, da personagem e da leitura. Vejamos primeiro as propostas. Ele aconselha primeiro abandonar a postura formalista e estruturalista e experimentar o texto na qualidade de receptor ingênuo. Este é que deve ‘viver’ uma ficção em vez de só raciocinar a respeito. Neste horizonte, a experiência de leitura impõe o reconhecimento da personagem como sujeito “dotado de uma consciên-

cia”.¹⁹ Pois, assim, é facilitado entrar no jogo da ilusão referencial, mesmo se, desde Diderot,²⁰ um certo coquetismo na produção ficcional apregoa uma distanciação cerebral que mata o prazer sensorio-psico-lógico de ler. A realidade do leitor ordinário, que nenhum de nós deixa de ser antes de qualquer sofisticação requisitada pela pesquisa em metanível e metafísica do livro, é uma coisa mais simples e talvez menos superficial. Ela comporta certamente o perigo de um aliciamento ideológico quando a axiologia da ficção é ruim e que nós ignoramos como brigar com ela. Mas, de modo geral, um toque de bom senso nos alerta que estamos num “fazer de conta”. É permitido delirar, *recalcar* sem perder a capacidade de trocar, “só o tempo de uma leitura”, de visão do mundo (no sentido literal), de fantasia criativa. Em suma, rédeas de segurança existem uma vez que saibamos equilibrar as três forças em jogo na leitura, segundo Jauss, a *catarsis*, a *aisthesis* e a *poiêsis*.²¹

Estamos ainda na esfera das propostas sobre o modo de ler. Jouve acrescenta mais três que ele parece considerar decisivas na abordagem cognitiva da personagem, ou melhor, na percepção do efeito-personagem: a imagem do autor, a necessidade de observar, as relações que a personagem concretiza entre o narrador e o narratário, um dispositivo de leitura apropriado. A imagem projetada pelo autor é uma sugestão de W. Iser (a noção de autor implícito), é uma decorrência das atividades, de palavras, entre narrador e personagem, personagem e personagem, do ponto de vista narrativo. Igualmente dos epítetos valorizantes ou desvalorizantes que circulam no texto a respeito de certos objetos, comportamentos ou idéias. Quando essas idéias são de ordem estética e emitidas por personagem de artista ou de escritor, estamos mais perto ainda do lugar de onde enuncia o produtor. A necessidade de observar também as relações vigentes entre os atores da narrativa é uma outra pista de investigação vizinha da precedente. Para efetuar essa tarefa, devemos recorrer à linearidade do discurso ou à ordem cronológica, ao tipo de narrativa (conto, novela, romance picaresco, romance fantástico, romance histórico etc.) assim como às situações espaço-temporais e aos *topoi* que de praxe o acompanham enquanto ingredientes, enfim é preciso se manter no posto que o produtor elegeu para nós, os destinatários de sua comunicação. Essa posição, simétrica (e amiúde teoricamente reversível) com a imagem projetada do produtor, infere-se a partir da gestualidade verbal do narrador. Da mesma maneira que o narrador pode ser um porta-

voz privilegiado do autor, o narratário²² pode ser um lugar-tenente do destinatário ou leitor virtual. Por sua vez, a personagem de uma narrativa heterodiegética (i.e., que não simbiotiza os papéis de narrador e de personagem) constitui bem uma central de informações para o leitor real, já que todos os fios (objetos, decorações, dizeres de narrador e reações de narratário) passam por ela.

Resta a última proposta: o dispositivo de leitura apropriado. Vincent Jouve, na última parte de seu livro, criou uma série de esquemas, de quadros sinóticos que ele considera de grande eficácia para captação de informação sobre a personagem de ficção. Infelizmente, o resultado, a aplicação que ele faz desse modelo de leitura entra em flagrante contradição com tudo que ele preconizou antes: não há nem motivação de ler, nem prazer de ler em meios a tantas teias de aranha. Quem segue tal método sai do livro e da história para entrar num laboratório nada aconchegante nem enriquecedor.

Embora discordemos do teor purista das fórmulas de Jouve, temos de admitir que a constância destas, a sua iteração ao longo de *L'effet-personnage*, atinge com uma certa força de convicção que impressiona. Através de enunciado tais como os da amostragem seguinte, convém reconhecer a existência de uma semântica instrucional ou Semântica Cognitiva em ação entre a instância produtora e a instância receptora, e que mobiliza, além da competência lingüística, uma competência cultural e intertextual.

1.º) Jouve afirma a existência de duas forças cardeais: a força *perlocutória* (do lado do receptor reagindo aos signos e sinais) e a força *ilocutória* (do lado do “querer” informar e “afetar” do autor).

2.º) Para ele, os dados textuais estão “em representação” como, num palco (p.45), objetos e personagens. Daí, o seu caráter de

- *stimuli* (p. 46)
- injunções (p. 51)
- prescrições

3.º) Essas características são sancionadas pelo leme de Roland Barthes: “num texto, tudo, em graus diversos, significa”, i.e., acena. Daí, no plano dos traços descritivos, uma escala de eficiência cognitiva que vai do incerto ao provável, do irreal ao irrecusável.

4.º) Encarregado de fazer passar a soma de traços que configuram a personagem ou o objeto de ficção, o leitor todavia vive sob o regime de uma liberdade controlada: “suas representações se alinham sobre aquilo que o texto lhe prescreve” (p. 53).

5.º) A percepção dos signos e dos conjuntos de signos não é monolítica: ela evolui; ao longo da história, remaneja o seu espectro; até à última página, o leitor tem que estar disponível para encarar uma versatilidade hermenêutica.

6.º) No tocante à personagem, é preciso se questionar acerca das modalidades cognitivas (querer – saber; poder – fazer) que estão subjacentes a sua manipulação enquanto peça num jogo de xadrez. O que não deve afastar de coincidir momentaneamente com cada posição dessa peça no jogo. É possível também combinar essas modalidades (querer-saber, poder-fazer) a fim de refinar a nossa compreensão. A psicanálise reforça essa compreensão pelas categorias de *libido sciendi*, *libido dominandi*, *libido sentiendi*.

7.º) Afinal “ler é aceitar o papel que nos atribui o texto (...) Este nos indica peremptoriamente quem amar ou odiar ... nosso papel é pré-codificado...” (p. 123).

Tal é *grosso modo* a semântica de Vincent Jouve.

Gostaríamos que essa semântica não fosse um tanto mítica. De toda maneira, ao lado de Vincent Jouve, é certamente um dos elos que Terence Cave, na temática de sua *recognition*, teria indicado entre a Poética de Aristóteles e nós.

Chegamos agora à segunda parte de nossas investigações. Vamos fazer um salto para a memória do escritor que escreve a *sua* vida em vez de redigir vidas fictícias. Portanto, essa parte pode intitular-se de acordo com o momento “informático” que nós vivemos.

II. - A memória autobiográfica à luz das ciências cognitivas

Do ponto de vista do senso comum, o sujeito autobiográfico é um enunciador que se narra recordando-se ou que se recorda narrando.

Não trataremos das instâncias mediadoras ou delegadas que essa enunciação é suscetível de utilizar. Lembramos, todavia, que aquilo que recebemos a título de narrativa autobiográfica é o ponto de chegada móvel

de uma estruturação da memória, assim como o resultado, sem dúvida, de um trabalho simultâneo sobre conteúdos bastante específicos acionados por essa memória. Tudo isso comunica a impressão de uma dicção singular, quando há arte.

A pequena arqueologia que iniciamos agora repousa em alguns pressupostos: os artistas envolvidos no ato autobiográfico utilizam, nem sempre conscientemente, várias teclas de nossa faculdade de retenção, (além da divisão clássica entre memória de longo prazo x memória de curto prazo); eles utilizam também modalidades de ligação que estão no alvo das pesquisas situadas em três áreas do momento informático: a inteligência artificial, as neurociências, a Psicologia Cognitiva. São essas áreas, ao lado da Semântica Cognitiva e de uma Linguística formal e computadorizada, que correspondem à expressão “ciências cognitivas”. Frisaremos as conclusões das pesquisas em Psicologia Cognitiva, quase todas baseadas no construtivismo, antes de concluir pelas teses conexionistas que virão desestabilizar até certo ponto a I. A. e as conclusões atreladas a ela.

1. Os estudos sobre memória têm preocupado muito os psicólogos desde F. Galton (1879) e Sigmund Freud (1891). Depois de uma diminuição de interesse nos anos 50, um novo *élan* se manifestou entre os pesquisadores de 1970 até hoje. Do lado da literatura, constatamos que no mesmo período a biografia e a autobiografia acusaram o mesmo *revival*.

Mas qual é, em particular, a natureza da memória voltada para a autobiografia? Quais são esses conteúdos a que de saída aludimos? Não se deve aqui esperar uma definição complicada, nem mesmo surpreendente, oriunda dos laboratórios de Psicologia Cognitiva. A memória autobiográfica é simplesmente “a memória das informações associadas ao ‘eu’” (W. B. Brewer, 1986) e uma memória que “anota as experiências pessoais dos eventos que surgiram no caminho de um indivíduo” (U. Neisser, 1986, in D. C. Rubin, 1986, apud J. C. Monteil, 1993, p. 27).²³ Dispomos assim, em virtude dessa definição, de um duplo conteúdo global da memória autobiográfica.

- a. enunciados sobre o “eu” (*le soi*) ou o “ego” (*le moi*);²⁴
- b. enunciados sobre eventos repercutindo nesse “eu” falante (ou escrevente). Em outros termos, as recordações (a) e os fatos e os eventos (b).

A maioria dos pesquisadores retomam essa divisão (a, b) em termos de “componentes semânticos” e “componentes de tipo episódico”, hierarquicamente classificados em não menos de seis níveis (Linton, 1986). Os componentes de tipo episódico corresponderiam de uma maneira preponderante aos acontecimentos mais ou menos indiretamente ligados ao “eu” – datas, situações; conjuntos de episódios estruturados, i. e., “conjuntos complexos (integrando) um lugar, movimentos, troca de palavras, uma ação até as suas conseqüências, o ensinamento decorrente de tais ações”.²⁵ “Um episódio em memória” é, portanto, “uma pequena narrativa que um enunciador fabrica, e cujos diversos elementos percebíveis se encadeiam linearmente”.²⁶ Os psicólogos cognitivistas enxertam aqui a memória do ambiente do sujeito (objetos, pessoas, crenças, estereótipos), inclusive as projeções sobre o físico, o moral, o caráter do indivíduo concernido. Quanto aos componentes semânticos, i. e., as recordações diretamente associadas ao “eu”, elas arrebanham tudo o que há de mais íntimo, de internalidade própria, o fluxo das sensações, o campo de consciência. Porém, independentemente de ser do primeiro ou do segundo grupo, de serem fatos, episódios ou recordações intrínsecas do eu, esses conteúdos cabem todos numa hipótese geral predominante, a saber: a memória nada reproduz mecanicamente, ela reconstrói seu material conferindo-lhe uma estrutura, uma lógica implícita ou explícita, que por sua vez revela a diferença específica de uma personalidade.

Aos elementos e complexos memoriais já mencionados na categoria dos fatos autobiográficos, se juntam elementos fronteiros chamados *extendures* (M. Linton, 1986; U. Neisser, 1986), em outras palavras, “eventos que se aglutinam ao longo de uma apreciável duração”, feixes de lembranças semanticamente convergentes, atividades, situações em que o “eu” se encontrou envolvido. A nosso ver, eles não destacam o bastante os episódios ou conjuntos de episódios supradefinidos. Mais significativo nos parece aquilo que os psicólogos cognitivistas chamam rastros, resíduos, pelo fato de essas sobras sempre acabarem por se polarizar ou se imantar dentro da memória; em ausência da “continuidade temporal”, estabelecem-se entre eles “relações de inclusão” (Monteil, 1993, p. 31). É a prova que a memória autobiográfica é bem organizada; nela não há vaga para elemento isolado.

2. Podemos formalizar os conteúdos dessa memória autobiográfica ao encaixá-los dentro da noção de *conhecimento autobiográfico*.

A questão que aqui preocupa é a legitimidade de um tal campo de conhecimento. Podemos ou não atribuir ao punhado de dados ainda recolhidos a existência do que deveria se elevar ao estatuto de um bloco coerente e coesivo no plano cognitivo?

M. A. Conway²⁷ responde afirmativamente. Ao lado de Brewer e Neisser, ele foi um dos primeiros a definir a memória autobiográfica; em seguida ele assentou a distinção entre o auto-referencial, a implicação direta do “eu”, por um lado, e os fatos e eventos perspectivizados pelo eu, por outro. Além disso, ele colocou à disposição dos pesquisadores uma espécie de tábua de características com sete elementos, que alicerçaria a compreensão objetiva da memória autobiográfica.

Essas características ostentarão graus de força ou de intensidade, de variabilidade ou estabilidade, de frequência ou de raridade, em função de sua natureza de recordações (internas) ou de fatos ou eventos (externos). Vejamos o quadro a seguir (apud Monteil, 1993, p.27).

Quadro de M. A. Conway (1990)

<i>Características</i>	<i>Recordações autobiográficas</i>	<i>Fatos autobiográficos</i>
Referência ao “eu”	forte	forte
Experiência da recordação	sempre presente	pode estar presente mas rara
Interpretação (pessoal)	frequentemente presente	rara
Exatidão	variável	elevada
Duração da recordação	anos	anos
Atributos sensoriais e perceptivos específicos do contexto	sempre presentes	podem estar presentes mas raros
Imagem	frequentemente presente	pode estar presente mas raro

Sugerimos ao leitor desse quadro avaliar a sua rentabilidade analítica aplicando-o a um *survey* de características de tal ou tal capítulo de narrativa.

Prolongando os dados da coluna “fatos autobiográficos”, dois estudiosos americanos, N. R. Brown e J. Kulik (1977), apresentaram um tipo especial de expressão da memória: os *flashbulb memories*. Jean-Marc Monteil, psicossociólogo cognitivista francês, os define como sendo *souvenirs* (relembanças) das circunstâncias que acompanharam um evento com graves conseqüências e suscitando uma forte emoção: “(o evento)

funcionaria como um *flash* que guarda todas as informações – lugares, pessoas, estado emocional etc”.²⁸

As *flashbulb memories* parecem flutuar entre o “pessoal” e o “factual”. Talvez seja por essa razão que Monteil (1993, p. 29) vê nelas espécies de *agents de liaison*, de elos articuladores da individualidade e da sociabilidade no sujeito. Com Jacques Ninio (1991, p.29), acrescentamos mais uma precisão: “todo sinal do mundo exterior” estocado na memória é “interpretado através das categorias perceptivas do indivíduo” e moldado por sua experiência pessoal. Sobretudo, nos interessa nas ditas *flashbulb memories* o fato de elas constituírem trunfos muito significativos na óptica de uma interpretação psicanalítica, já que são providas de uma alta tonalidade emocional. É um interesse que se multiplica, quando nelas se detecta um trauma da infância, trauma esse cujo sintoma se denuncia na sensibilidade adulta mediante curvas de frequência ou ocorrências de indícios.

3. Resta ainda muito a dizer sobre a organização da memória autobiográfica em seus temas e subtemas esboçados por Conway (1986). Por exemplo, os detalhes relativos aos sons, às cores, às localizações espaciais; os estereótipos ou *scripts* que facilitam a recuperação de lembranças. Remetemos nestes particulares aos nomes seguintes de nossas referências bibliográficas: Conway, Bekerian (1987); Reiser, Black e Abelson (1985); Reiser, Black e Kalamarides (1986). Não orientamos a atenção sobre esses nomes sem uma certa ressalva. Grande parte de seus argumentos derivam dos esquemas da inteligência artificial “clássica”, em que processamos textos dedutivamente, do abstrato ao concreto, de acordo com as representações arborescentes. Acontece que esses esquemas da memória foram rejeitados por Jacques Lenhardt²⁹ num artigo muito pertinente de 1990.

Três anos depois, certos defensores do cognitivismo computacional³⁰ se esforçaram de reabilitar esses esquemas, mas foi a publicação no mesmo ano (1993) da tese de Louis Digner³¹ que realmente o conseguiu, ao driblar as barreiras que até então separaram radicalmente I. A. ortodoxa e conexionismo emergente. Retomamos sucintamente esse debate. Antes, em H. R. Markus (1987, p.1980) e um certo número de psicólogos, admitia-se que a memória autobiográfica era sobredeterminada pelo conhecimento que o locutor possuía; que a “descrição de si” era organizada em “esquemas”. Annick Weil-Barais e seus colaboradores

vêm peremptoriamente confirmar: “O esquema de ‘si’ exerce poderosos efeitos sobre a percepção, a memória e o pensamento de cada qual”.³²

Simultaneamente, surgem outros cognitivistas, principalmente Christophe Desjours e Alain Grumbach,³³ que não demonstraram tanta certeza. Sem recusa radical das representações construcionistas por conceitos e nós que se situam na herança direta da lógica clássica e dos sistemas *experts* dos dois últimos decênios, Desjours e Grumbach crêem que chegou o tempo de se distanciar dessas construções e priorizar novas hipóteses, por exemplo aquelas que postulam a existência de certas redes de neurônios interconectados. Essas redes provocam, segundo a versão conexionista dos estudos sobre o cérebro, emergências paralelas de feixes (*paquets*) de eventos da memória, emergências essas imprevisíveis com antecedência por qualquer tipo de cálculo escalonado no tempo e no espaço. Dá para perceber que os aliados do conexionismo negam praticamente certas noções ainda respeitadas em matéria de memória. Para Grumbach e Desjours,³³ não existe ancoragem espacial ou temporal, não há estocagem nem estradas. Mais ainda, é ilegítimo falar de *relembração de si* como de um fenômeno a portas fechadas (*en vase clos*) dentro do cérebro. Todo fenômeno, na medida em que existe enquanto fenômeno, é de caráter *iterativo*. Postura teórica que confirma a prática de artistas da idade eletrônica tal como Roy Ascott (autor de *La plissure du texte*, exposição Eletra 1983). Frank Popper, porta-voz desses artistas, justifica: “Tudo sendo relativo, evanescente, pluralista, é a interação que cria o sentido”.³⁴

As últimas asserções e muitas outras nos autorizam a pensar que a narrativa autobiográfica foi e fica sendo sempre a tentativa aberta de uma resposta a uma pergunta ora implícita, ora explícita, emanada de um público dado. O que não impede o ato de enunciar subscrever *também* a exigência interna de uma autojustificação sob o olhar de um “eu” cindido em duas vertentes, no entanto em diálogo. Ainda mais, na óptica dos esteticistas da comunicação como Frank Popper (op. cit. p. 26), o público *já está* integrado nos desejos ‘privados’ do escritor; e pelo fato mesmo, ele é co-produtor possível do artista. Pois uma memória cultural comum, feita de tensões materiais, de fluxos energéticos, configura um *zeitgeist* embora esteja cristalizada nestes pontos salientes chamados ‘obras’. Assim se encontra abolida a radicalidade da oposição eu/não-eu. Está sendo

gerada “uma nova fenomenologia fundamentada na presença virtual, *en différé*, ou distante”.³⁵

Os nossos interlocutores já adivinharam: aterrizamos aqui no solo movediço da tecnologia transpessoal, depois de ter deixado para trás os despojos de uma autobiografia baseada numa psicologia de um “eu” unitário e transcendente.

Para fazer a ligação com a primeira parte de nossa pesquisa, chamamos a atenção sobre o meio fracasso do cognitivismo rígido e puro aplicado à literatura. Em particular as dimensões cognitivas de uma narrativa, quer autobiográfica, quer de outra espécie, fica um questionamento em aberto.

Após a desestabilização conexcionista, para ir mais adiante emprestando um caminho seguro, recomendamos dois estudiosos anteriormente mencionados: Louis Diguier e Jacques Ninio, que são dois adeptos do conexionismo respeitosos da diferença (i. e., dos esquemas ditos simbólicos, divergentes dos esquemas subsimbólicos). São necessárias algumas observação preliminares, para melhor entender o regime cognitivo em que nos colocam esses dois pesquisadores.

Em primeiro lugar, quando se diz que a inteligência artificial simula as operações do cérebro, o termo cérebro tem a vantagem de nos afastar da antiga Psicologia das faculdades para nos aproximar do espírito ligado à matéria viva de nosso corpo. As ditas faculdades (memória, inteligência, imaginação) são apenas pontos de vista diferenciados da entidade ontológica “cérebro”. Nessa mesma ordem de reflexão, aludimos ao procedimento dedutivo da representação de conhecimento na versão clássica da I. A. Nesta representação, os materiais são distribuídos em listas, zonas ou conjuntos hierárquicos, nós (*noeuds*) a explorar (Ninio, p. 202). Por sua vez, cada nó integra uma série de subelementos (os conceitos), que se movimentam geralmente de cima para baixo (*top-down*), conforme a um esquema arborescente. Louis Diguier (op. cit., p. 44-5) considera esses esquemas inaptos “a dar conta satisfatoriamente dos mecanismos dinâmicos e multidimensionais” do cérebro.

Assim pensa também Jacques Ninio, quando nos adverte que “o homem possui numerosos módulos perceptivos para os odores, os sons, as imagens (...) cada um ligado a uma memória,”³⁶ o que nos leva a inferir que a grande quantidade de neurônios especializados para cada aspecto da memória proíbe a sua organização em esquema. A interferência ou

cruzamento entre esses neurônios é produtora de rememoração, obedecendo a uma lei de ordem e desordem até o momento desconhecida. Aliás, o mesmo neurônio pode reagir a outros estímulos além do seu estímulo específico. E “o que se identifica a nível da sede da consciência pode bem ser uma ocorrência fortuita entre o percebido e o recordado” (Ninio, p. 110).

As coisas se complicam mais ainda quando se sabe que há seis ou sete camadas na memória. As camadas mais recentes recalcam as antigas, de tal modo que “à medida que avançamos na vida, a memória se estrutura por eliminação ou condensação dos materiais mais redundantes que são geralmente os da infância”.³⁷

Coisa estranha, quase todas as autobiografias narram – ao lado da carreira – a infância, isto é, uma infância reconstruída dentro dos parâmetros do “romance familiar” de Freud, uma infância repleta de falsas recordações.

Antes de concluir com Diguier, gostaríamos de apresentar mais duas experiências de suma importância que se lêem no capítulo XVIII do livro de Ninio. Elas testemunham o caráter abismal, quase fabulador da memória autobiográfica. São experiências que mexem muito com a ilusão referencial da primeira parte desse apanhado. Seja, por exemplo, a palavra *navio* (mas poderia ser qualquer outro termo concreto ou abstrato). Do ponto de vista da inteligência artificial na sua versão conexionista ou subsimbólica, a palavra *navio* é suscetível de acionar: a memória acústica, no cérebro, daquele lexema; a memória motora potencial de sua pronúncia, a memória gráfica de sua ortografia, uma memória olfativa (“a mistura *sui generis* dos cheiros de amarras, de mazute, de pintura fresca e de ar marinho”), uma memória auditiva (“o uivo das sirenes”), uma memória visual (“imagens de navio, lembranças de cruzeiro oriundas da memória dos episódios”). Tudo isso, é bem raro que o escritor o descreva, mas sempre ressoa em filigrana da frase onde se depara e se modula a palavra em questão.

O outro exemplo de Ninio (op.cit., p. 258) decorre de uma meditação sobre a frase seguinte de Rimbaud (*Illuminations*): “que les accidents de féerie scientifique et les mouvements de fraternité sociale soient chéris comme restitution progressive de la franchise première ...”

Eis aqui uma frase que requer cinco segundos para ser lida ou dita. Mas ela é um castigo para o leitor do ponto de vista da carga cognitiva,

pois ele deve totalizar na sua memória, a fim de sentir o ritmo “em tempo real”, isto é, em cinco segundos, não menos de onze onze percepções divergentes: “acidentes, encantamento, ciência, // movimento, fraternidade //, sociedade, adorar, restituição //, progressão, franqueza, primeiro.”

Essa dupla ilustração do processo da memória na criação e na recepção diz eloqüentemente a dificuldade de encarar as dimensões cognitivas nas escritas narrativas ou em toda escrita artística.

Concluimos agora com Diguier. Segundo esse estudioso canadense, a imprecisão dentro do rigor caracteriza a representação das operações do cérebro no campo das ortodoxias da I. A.; o conexionismo oferece em contraposição um modelo que tem o mérito, senão da certeza, mais ou menos da flexibilidade. O conexionismo “repousa numa metáfora neuronal”,³⁸ que sumariamente cabe em três propostas:

- não há macroestrutura vazia na memória para organizar de antemão nossos conhecimentos;
- a memória guarda apenas os rastros das operações que vêm à tona;
- “a memória é modelizada por uma grande quantidade de unidades (...) interligadas, aptas a se ativar ou a se desativar mutuamente”.

Essas propostas são objeto de acirradas polêmicas. Em consequência disso, Diguier busca um terceiro caminho mais conciliador das duas escolas. Em vez de abandonar os esquemas na sua autonomia lógica e abstrata, ele resolveu redefini-los enquanto estruturas “emergindo da atividade cognitiva”, enquanto resultante das operações neuronais: “Não é o esquema que define as fronteiras e a composição de suas variáveis; de preferência, são as conexões entre as possíveis figuras de ativação das variáveis que definem o esquema.”³⁹

No entanto, assim como foi a última parte do livro de Vincent Jouve, o rumo ulterior do livro de Diguier, nos deixa perplexos. Ele não consegue articular a sua conquista teórica à semiótica narrativa de Propp, Greimas, Bremond e seguidores. Talvez seja por esse motivo que ele recai em direção da “hipótese da existência de um saber macro-estrutural” dos textos, que fingiu abandonar (Diguier, p. 116). Temos de reconhecer, apesar disso, que ele lança uma feliz complexidade ao relacionar o modelo narrativa dominante a um modelo de comunicação que faz jus à “interação social real ou mediatizada pela representação mental” (p. 128)

e que leva em conta a “relação constitutiva do desejo do sujeito da escrita” (p. 111, 174).

RÉSUMÉ

Dans une première partie, conformément à la sémantique instructionnelle, le texte sera envisagé dans sa capacité de codifier des instructions à l'adresse d'un lecteur virtuel; celui-ci, pour sa part, réagit selon des procédés et des catégories que seule la deuxième partie, la plus importante de notre étude, dévoilera sous l'angle de la mémoire autobiographique.⁴⁰

NOTAS

- 1 Cave, Terence. *Recognition*. London: Clarendon Press, 1990.
- 2 Schuerewegen, Franc. Teledialogisme. In: *Poétique*, v. 81, fev., 1990, p. 105-14.
- 3 Schuerewegen, Franc. Teledialogisme. In: *Poétique*, v. 81, fev., 1990, p. 105-14.
- 4 Jouve, Vincent. *L'effet-personnage et sa réception*. Paris: PUF, 1992
- 5 Dufays, Jean-Louis. *Stereótype et lecture*. Liège: Mardaga, 1994.
- 6 Prandi, Michèle. Figures textuelles du silence. In: Herman, Parret. *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: CNRS, 1991, p. 157-74.
- 7 Orlandi, Eni P. Hétérogénéités et silence. In: Herman, Parret. *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: CNRS, 1991, p. 203-16.
- 8 Fuchs, Catherine. L'Hétérogénéité interprétative. In: Herman Parret, cf. Prandi, p.107-20.
- 9 Adam, Jean-Michel. *Eléments de linguistique textuelle*. Liège:Mardaga, 1993.
- 10 Jacquenod, Claudine. *Contribution à une étude du concept de fiction*. Berne/Paris: Peter Lang, 1988.
- 11 *Poétique*. Paris: Seuil. v. 14, 15, 39, 65, 70, 80, 81.
- 12 Adam, Jean-Michel. *Linguistique et discours littéraire*. Paris: Larousse, 1976.
- 13 Jacquenod, C. Op. cit., p. 67-104.
- 14 Schuerewegen, artigo citado, mais *Poétique*, v. 70, abr. 1987, p.247-54 (Réflexions sur le narrataire).

- 15 Mathieu-Colas, M. Récit et vérité. *Poétique*, v. 80, nov. 1979, p. 387-403.
- 16 Dufays, J. L. Op. cit., p. 225-86.
- 17 Dominicy, M. *Poétique*, v. 80, nov. 1989, p.499-514.
- 18 Jacquenod, Cl. Op. cit., p. 105.
- 19 Jouve, Vincent. Op. cit., p. 17
- 20 Campion, Pierre. Diderot et le “conatus”de la narration. *Poétique*, v. 65, fev. 86 (Seuil), p.63-76.
- 21 Jauss, H. apud Vincent Jouve. Op. cit., p. 240.
- 22 Prince, Gerald. Introduction à l'étude du narrataire. *Poétique*, v. 14, 1973 (Senil), p. 178-96.
- 23 Monteil, Jean-Marc. *Soi et le contexte*. Paris: Armand Colin, 1993.
- 24 Segundo investigações conduzidas pela Universidade de Sherbrooke (Quebec) na década de 80, não há diferença significativa entre “le soi”e “le moi”.
- 25 Ninio, Jacques. *L’empreinte des signos*. Paris: Odile Jacob, 1991, p.184.
- 26 Id. *ibid.*, p.194.
- 27 Conway, M. A. *Autobiographical memory: an introduction*. Buckingham (England): Open University, 1990.
- 28 Monteil, J. M., Op. cit., p. 28.
- 29 Leenhardt, J. Quel statut pour la valeur cognitive de la littérature. *T.L.E. (Littérature et Connaissance)*. n. 8, 1990, p. 53-60.
- 30 Weil-Barais, A. (Dir.) *L’homme cognitif*. Paris: PUF, 1993, 18.
- 31 Diguier, L. *Schéma narratif et individualité*. Paris: PUF, 1993.
- 32 Weil-Barais, A. (Dir.). Op. cit., p. 395.
- 33 Grumbach, A. Desjours, Ch. et alli. *Modèles du psychisme*. Paris: Eshel, 1993, p. 220-24.
- 34 Popper, Frank. *L’art à l’âge électronique*. Paris: Hazan, 1993, p.124.
- 35 Popper, F. *Ibid.*, p. 126.
- 36 Ninio, J. Op. cit., p. 204.
- 37 Ninio, J. Op. cit., p. 232.
- 38 Diguier, L. Op. cit., p. 45.
- 39 Id., *ibid.*, p. 53.
- 40 A segunda parte é a versão condensada de duas aulas ministradas no pré-doutorado (D.E.A.) da Modernidade, Universidade de Caen, França, graças a uma bolsa de estágio concedida pelo CNPq em 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BREWER, W. B. What is autobiographical memory. In: RUBIN, D. C. (Ed.). *Autobiographical memory*. New York: Cambridge University Press, 1986. P. 25-49.
- BROWN, N. R., KULIK, J. Flashbulb memories. *Cognition*, v. 5, p. 53-99, 1977.
- CONWAY, M. A. Verifying autobiographical facts. *Cognition*, v. 26, p. 39-58, 1987.
- _____. *Autobiographical memory: an introduction*. Buckingham: Open University, 1990.
- _____. BEKERIAN, D. A. Situational knowledge and emotion. *Memory and Cognition*, v. 1, p. 145-91, 1987.
- DIGUER, L. *Schéma narratif et individualité*. Paris: PUF, 1993.
- GRUMBACH, A., DESJOURS, C. et al. *Modèles du psychisme*. Paris: Eshel, 1992.
- LEENHARDT, J. Quel statut pour la valeur cognitive de la littérature. *TLE: Littérature et connaissance* (Paris), n. 8, p. 53-60, 1990.
- LINTON, M. Ways of searching and the contents of memory. In: RUBIN, D. C. (Ed.) *Autobiographical memory*. New York: Cambridge University Press, 1986. p. 50-67.
- MARKUS, H. R. The self in thought and memory. In: WEGNER, D. M., VALLACHER, R. R. (Ed.). *The self in social psychology*. New York: Oxford University Press, 1980.
- _____. Self-schemata and processing information about the self. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 35, p. 63-78, 1977.
- MONTEIL, J. - M. *Soi et le contexte*. Paris: Armand Colin, 1993.
- NEISSER, V. What is ordinary memory of?. In: _____. WINOGRAD, E. (Ed.), *Remembering reconsidered (...)*. Cambridge University Press, 1988.
- _____. Nested structure an autobiographical memory. In: RUBIN, D. C. (Ed.) *Autobiographical memory*. New York: Cambridge University Press, 1986. p. 5-10.
- _____. NIGRO, G. Point of view impersonal memory. *Cognitive Psychology*, v. 15, p. 67-482, 1983.
- NINIO, J. L'empreinte des sens. Paris: Odile Jacob, 1991. (Points).

- OUELLET, P. La dimension cognitive du discours littéraire: perception discursive et image mentale. *TLE: Epistémocritique et cognition* (I), n. 10, p. 59-79, 1992.
- POMIAN, J. *L'intelligence artificielle*. Paris: Presses - Pocket, 1993.
- POPPER, F. *L'art à l'âge électronique*. Paris: HAZAN, 1993. 124p.
- REISER, B. J., BLACK, J. B., ABELSON, R. P. Knowledge structures in the organization and retrieval of autobiographical memories. *Cognitive Psychology*, v. 17, p. 89-137, 1986.
- _____, _____, KALAMARIDES, PO. Strategic memory search process. In: RUBIN, D. C. (Ed.). *Autobiographical memory*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- RUBIN, D. C. (Ed.). *Autobiographical memory*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- WEIL-BARAIS, A. *L'homme cognitif*. Paris: PUF, 1993.

A LÍNGUA INGLESA AOS OLHOS DOS SAMBISTAS*

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva**

RESUMO

Este trabalho demonstra como o samba, sempre atento às transformações impostas a nossa sociedade, toma a si o papel de defensor da cultura brasileira insurgindo-se contra o modismo do uso indiscriminado de vocábulos da língua inglesa. No entanto, ao dirigir sua crítica às classes populares, acaba contribuindo para propagar o preconceito contra essas mesmas classes.

A presença de signos em língua inglesa na música popular brasileira começa a ser observada na década de 20. No teatro de revista temos o registro de duas peças com nomes em inglês: *Jazz-band*, em 1923, e *Off side*, em 1924. Em 1927, Araci Cortes estréia duas revistas, *Champagne* e *Oooó*, em que apresenta uma postura americanista cantando o curioso samba “Black-bottom”, futurando uma mistura de ritmos e de concepções que, então, parecia impossível viesse a acontecer... (Ruiz, 1984, p. 89). Em 1929, Araci lança, na revista *Compra um bonde*, a música “Sapateando”, conhecida também como “Fox-trot”, de Ari Barroso e Luiz Iglésias. A canção era uma apologia exagerada do ritmo americano. Essa postura americanista é mais tarde renegada por Ari Barroso, em entrevista ao *Correio da Manhã*, em 26 de janeiro de 1930, como registra EFEGÊ (1978, p.162). Dizia Ari: “Quando o jazz

* Este trabalho é um resumo de parte de um dos capítulos da tese de Doutorado da autora, intitulada *A Língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira*, defendida na UFRJ, em dezembro de 1991.

** Doutora em Linguística. Professora Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais.